

Conselho de Cidadãos

Juntos construimos Lisboa



lisboa.pt



Câmara Municipal de Lisboa

Departamento de Relação com o Múncipe e Participação
Divisão da Participação

Relatório Síntese

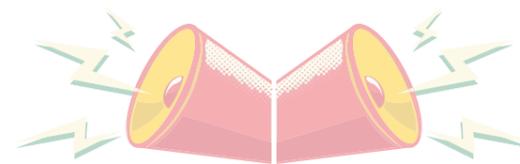
**Conselho
de Cidadãos**
Juntos construímos Lisboa



Setembro 2022

Índice

1.	Enquadramento.....	5
1.1	Conceito e Objetivos.....	7
1.2	Metodologia.....	7
a)	Inscrição, Seleção dos Cidadãos e Tratamento de Dados.....	7
b)	Transparência.....	9
c)	Funcionamento.....	10
d)	Avaliação.....	11
1.3	Programa.....	11
1.4	Funções e Responsabilidades.....	12
1.5	Propostas Resultantes	16
1.6	Encontro com os Embaixadores Pós Conselho de Cidadãos.....	16
1.7	Divulgação.....	17
2.	Resumo das Propostas Apresentadas.....	18
3.	Conselho de Cidadãos em Números.....	24
4.	Referências Bibliográficas.....	25
	Anexos.....	26
	• Caracterização dos participantes selecionados	
	• Declaração de consentimento e informação sobre proteção de dados pessoais	
	• Resumo da avaliação ICS-UL	



1. Enquadramento

Numa sociedade politizada e democrática, o envolvimento dos cidadãos é essencial para as decisões da comunidade, enfatizando-se desta forma a importância da participação, descentralizando o debate e aproximando-o dos cidadãos.

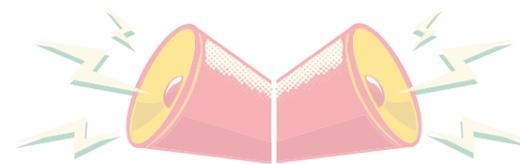
Na realidade, os estudos públicos acerca da participação, de âmbito nacional e europeu, revelam que as eleições não são o principal barómetro da intervenção dos cidadãos. De facto, entre outros fatores, essa avaliação pauta-se, sobretudo, pelo contacto dos eleitos com os eleitores, assim como pelo exercício da cidadania na conceção das decisões locais.

O recente Relatório sobre o Estado da Democracia (Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Social, 2021) evidencia os retrocessos de Portugal na qualidade da democracia, agravados pelos efeitos da pandemia da COVID-19. Neste âmbito, os cidadãos revelam também esta tendência no Estudo “A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspetiva dos Cidadãos” (Barómetro da Qualidade da Democracia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), no qual a participação política e a relação dos cidadãos com os políticos foi a dimensão com a pior avaliação.

Esta propensão é também refletida no inquérito realizado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2020, 57% dos jovens com mais de 15 anos consideram o atual funcionamento da democracia em Portugal como “médio” (28%) ou “mau” (29%), 55% não sentem ou sentem pouco interesse pela política. No que se refere à participação, cerca de 95% não pertencem a um partido político nem a movimentos sociais, sindicatos ou associações juvenis e estudantis.

A nível autárquico, a taxa de abstenção das eleições de 2013, 2017 e 2021 superou os 45%. Em Lisboa a abstenção nas eleições autárquicas em 2021 situou-se nos 49%, evidenciando o desinteresse pela participação política.

Por outro lado, as Grandes Opções do Plano 2022/2026 da Cidade de Lisboa preconizam como 1º. Pilar uma cidade participada, corroborando a necessidade de mobilizar a comunidade para solucionar os seus problemas. Acresce ainda que vários estudos aludem à participação como um recurso que eleva a satisfação dos cidadãos (Ferreira, 2003; Guerra, 2006; Healey, 2006; Ascher, 2010); facto que se comprova pela correspondência entre os resultados e as pretensões dos cidadãos (Citado em Delgado, 2013).



Face às circunstâncias, o reforço dos projetos municipais de participação, o envolvimento dos munícipes e a implementação de iniciativas inovadoras nessa área, são considerados essenciais para dar resposta ao contexto político e social. O incentivo à participação, afigura-se assim de peculiar relevância na criação de mecanismos próprios para a sua execução, através de modelos de governação que envolvam e mobilizem os lisboetas nas tomadas de decisão da cidade orientadas para o desenvolvimento de soluções.

Nessa sequência, o Conselho de Cidadãos de Lisboa (CCL) assenta no modelo das “assembleias de cidadãos”, sendo utilizado para debater vários temas e garantir a mesma oportunidade de participação a todas as pessoas. Tem sido aplicado em alguns países, nomeadamente, Bélgica, Irlanda, França, Holanda, Canadá e Estados Unidos. Este modelo, reconhecido pela Comissão Europeia e a OCDE é considerado fundamental para a qualidade da democracia.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Lisboa constituiu uma Assembleia de Cidadãos como processo participativo, ou seja, um órgão deliberativo formado por um grupo de cidadãos que desenvolvem recomendações sobre questões específicas de política local ou nacional (Collins Dictionary, 2022). O intuito consistiu em promover a cidadania num projeto piloto, favorecendo o envolvimento ativo dos cidadãos com propostas que apoiassem a inovação no município de Lisboa na área das alterações climáticas.

De facto, a Assembleia de Cidadãos favorece a representatividade e a confiança dos cidadãos na medida em que as tomadas de decisão derivam de pessoas sorteadas de forma aleatória, através de um processo de amostragem independente, proporcionando a elaboração de propostas mediante um processo deliberativo (Gerwin, 2018). Segundo Gerwin (2018), o ideal é que cada membro elegível da população, para participar numa assembleia de cidadãos, seja convidado a integrar este processo.

Numa mudança de paradigma e com o intuito de proporcionar um espaço de partilha e participação, surgiu a iniciativa - “Conselho de Cidadãos” (CC) promovida pela Câmara Municipal de Lisboa.

Este evento decorreu nos dias 14 e 15 de maio de 2022, motivando a construção de propostas em torno do tema das alterações climáticas.

O envolvimento dos cidadãos como utilizadores da cidade e com um conhecimento privilegiado das suas necessidades representa um instrumento basilar, designadamente, para identificar com maior acuidade as preocupações locais, viabilizando uma melhoria das decisões políticas.

O Conselho de Cidadãos

1.1 Conceito e Objetivos

O Conselho de Cidadãos é, assim, um espaço de debate em sessões de trabalho, no qual um grupo de cidadãos, escolhido aleatoriamente, discute um tema definido e apresenta propostas à Câmara Municipal de Lisboa.

Os objetivos principais do Conselho de Cidadãos de Lisboa pautam-se pelos seguintes aspetos:

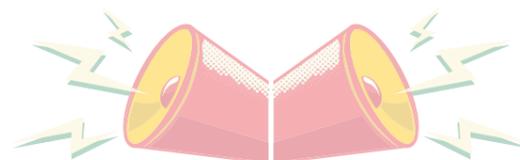
- Promover um novo espaço de debate e co-construção de propostas para a cidade;
- Aproximar os cidadãos da tomada de decisão e dos representantes eleitos;
- Melhorar a eficácia das decisões tomadas pelo executivo municipal, integrando o contributo dos cidadãos e adaptando as políticas às suas necessidades.

1.2 Metodologia

A metodologia do Conselho de Cidadãos de Lisboa foi constituída por várias etapas pela Câmara Municipal de Lisboa, em parceria com as entidades parceiras que apoiaram técnica e operacionalmente este projeto.

a) Inscrição, Seleção dos Cidadãos e Tratamento de Dados

Esta iniciativa destinou-se a todos os cidadãos com idade superior a 16 anos, que tivessem residência, estudassem ou trabalhassem na cidade de Lisboa. Para a inscrição, foi disponibilizado um formulário online no site da Câmara Municipal de Lisboa. Nas Lojas Lisboa e Juntas de Freguesia foi proporcionada inscrição presencial através de um impresso criado para o efeito.



Foram recebidas 2351 inscrições, destas, 6 foram rececionadas pelas Juntas de Freguesia e/ou Lojas Lisboa.

As inscrições decorreram de 27 de janeiro a 22 de abril de 2022, tendo sido encerradas cerca de três semanas antes da data da sessão do CCL para permitir a realização do sorteio, bem como a convocatória dos participantes. A cada inscrição correspondeu uma possibilidade de participação decidida aleatoriamente.¹

Para definir o modelo de amostragem e proceder à seleção dos participantes, a CML recorreu a uma entidade independente, especialista na realização de sorteios em assembleias de cidadãos, tendo contratado a associação Fórum dos Cidadãos. A aleatoriedade e estratificação da amostra selecionada foi assegurada através de um identificador numérico em cada pessoa inscrita, sem nome nem qualquer outro elemento para além do género, idade, habilitações literárias, atividade profissional e freguesia de residência, trabalho ou estudo.

O sorteio foi efetuado através de um software para a criação de uma amostra aleatória e estratificada de 50 participantes e 50 suplentes.²

No âmbito desta iniciativa, o Município de Lisboa obriga-se a tratar os dados pessoais de terceiros de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), doravante designado apenas por “RGPD”, bem como as normas constantes da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do citado Regulamento.

Quando se verificarem operações de tratamento de dados pessoais, principalmente na fase de recolha inicial de dados, será prestada aos titulares dos dados a devida informação sobre o tratamento dos seus dados pessoais, nomeadamente sobre as finalidades, os meios, as medidas técnicas e organizativas, as medidas de segurança, os destinatários dos dados, bem como o exercício de direitos.

Declaração de Consentimento e Informação sobre Proteção de Dados Pessoais (em anexo).

O responsável pelo tratamento de dados ou responsáveis, caso haja corresponsabilidade, asseguram a elaboração dos competentes Acordos de Tratamento de Dados (ATD) para garantia de cumprimento do RGPD, nos casos em que tal se mostre aplicável.

Na gestão deste projeto, o tratamento de dados ficou a cargo de um técnico da Divisão da Participação da Câmara Municipal de Lisboa, garantindo o cumprimento das normas supra mencionadas.

b) Transparência

No programa “Grandes opções do Plano 2022-2026 da cidade de Lisboa”, foi definido no pilar 1 que Lisboa é hoje uma capital europeia com forte sentido democrático destacando para o efeito uma governação participada, aberta e transparente.

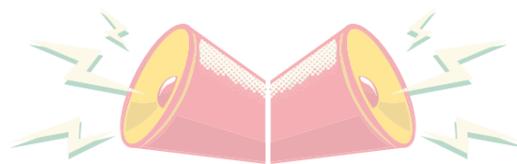
Por transparência, compreende-se as ações de se tornarem públicos de forma simples e acessíveis todos os atos do governo e dos seus representantes por forma a reforçar o escrutínio e a estimular a cidadania (Portal Mais Transparência, 2022).

Neste enquadramento, procurou-se que a totalidade dos procedimentos planeados no desenho, no desenvolvimento, na implementação e avaliação na dinamização do CC fossem sustentados na base da transparência. Assim, o programa de governo para a cidade de Lisboa 2022-2026, reforça a política de dados abertos, disponibilizando a informação sobre o conceito do projeto, os parceiros e os mecanismos de controlo utilizados.

Nessa sequência e numa ótica de transparência do CC:

- A informação foi atualizada regularmente no site da CML;
- A metodologia foi publicada no site da CML;
- O sorteio dos participantes foi transmitido ao vivo, via streaming;
- Os contratos dos parceiros para o CC foram devidamente publicitados no portal BASE, conforme procedimento obrigatório pelo Código de Contratação Pública.

1-Caracterização dos participantes selecionados - ver anexo
2-Ver vídeo do sorteio



c) Funcionamento

Foi elaborada uma “Carta de Funcionamento” com a descrição dos objetivos, princípios e modelo de funcionamento da primeira edição do CCL, considerada uma experiência piloto. A elaboração deste documento teve como principal objetivo a estruturação e garantia do desenvolvimento do projeto.

A primeira edição do Conselho de Cidadãos de Lisboa realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nos dias 14 e 15 de maio de 2022. Teve um caráter experimental para se proceder a eventuais ajustamentos. Dos 2351 cidadãos inscritos, foram sorteados 50 participantes e 50 suplentes, tendo participado 43 cidadãos em cada um dos dias.

- Coube à equipa da Divisão da Participação, acolher os participantes do CCL e prestar apoio durante as sessões, dinamizadas pela Human Fleet, que reuniu os participantes em 7 grupos de trabalho temáticos, com critérios de orientação e com o intuito de apresentarem propostas.
- As sessões de trabalho do CCL incluíram:
 - o Aprendizagem sobre o tema, bem como debate com conselheiros³ e sobre as competências da CML na matéria;
 - o Discussão geral sobre o tema e identificação dos desafios e prioridades;
 - o Ideação e geração de propostas;
 - o Os participantes foram divididos em 7 grupos (cada um com uma área temática⁴, com as designações das 7 colinas de Lisboa – São Jorge, São Vicente, Santana, Santo André, Chagas, Santa Catarina, São Roque), dos quais resultaram 7 blocos de propostas. Por decisão do grupo, todas as propostas tiveram dois porta-vozes, que ficaram designados como embaixadores;
 - o Apresentação das propostas ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, à Vereadora dos Direitos Sociais e à Diretora Municipal do Ambiente, seguida de debate.

3 - Especialistas na temática abordada com apresentações e participação no debate.

4 - Áreas - Habitação, Consumo e Mudança Comportamental, Relação CML com Municípios, Transportes e Mobilidade, Espaço Público,

d) Avaliação

A CML garante a execução da monitorização e avaliação independentes do CCL. Nesse sentido, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS), colaborou enquanto entidade externa e isenta, à qual compete a elaboração de um relatório, abrangendo os seguintes tópicos:

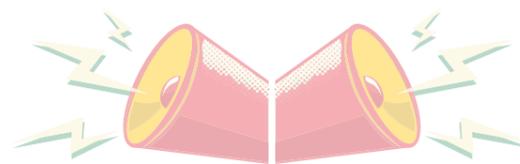
- Metodologia;
- Demonstração das evidências dos objetivos, indicadores e metas definidas para o projeto;
- Processo de amostragem;
- Materiais utilizados na preparação do tema;
- Agenda e instrumentos de facilitação;
- A restituição das sessões (a cargo dos facilitadores independentes);
- Contributos da Comissão Consultiva;
- Apreciação geral da execução e impacto do exercício.

Todo o trabalho de avaliação será divulgado para consulta nos canais da CML destinados para o efeito.

1.3 Programa

14 DE MAIO dia 1

- 9:00 Introdução - Presidente CML e intenção para os dois dias
- 9:35 Apresentação das equipas
- 9:40 Dinâmica de conexão
- 10:10 Pergunta temática. Acordos e compromissos
- 10:30 Apresentações e diálogo com os conselheiros
- 11:30 Pausa para café
- 11:50 Apresentações e diálogo com os conselheiros
- 13:00 Almoço
- 14:00 Dinâmica participativa
- 16:30 Pausa para café
- 16:50 Dinâmica de grupo
- 17:30 Atividade de fecho



15 DE MAIO dia 2

9:00 Acolhimento

9:20 Introdução à dinâmica

9:30 Decisão sobre as propostas e recomendações

10:00 Dinâmica de grupo

11:00 Pausa para café

11:20 Dinâmica de Deliberação

13:20 Almoço

14:20 Tomada de decisão por consentimento

16:00 Pausa para café e Preparação das apresentações

17:00 Apresentação das propostas

18:00 Próximos passos e fecho

1.4 Funções e Responsabilidades

Considerando que a Divisão da Participação dentro das competências definidas para a sua atuação no município, (conforme publicado no Boletim Municipal. Câmara Municipal de Lisboa. Despacho n.º 166/P/2021. Delegação e subdelegação de competências. ANO XXVIII N. 1446. 4 de novembro 2021) lhe compete assegurar a coordenação geral do Orçamento Participativo de Lisboa, definir e propor uma estratégia de participação pública dos cidadãos, promover a adoção e implementação de medidas que contribuam para a dinamização da participação, no âmbito dos Serviços do Município e dar um caráter transversal e integrado às ações que promovam a participação pública.

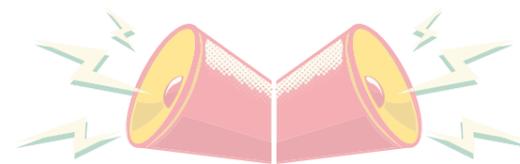
Nessa sequência, a Divisão da Participação da Câmara Municipal de Lisboa apoiou a construção e a implementação deste projeto, assente nas seguintes premissas:

- Constituição de grupo nuclear que participou de forma ativa em todas as fases estratégicas de planeamento, desenvolvimento, implementação, monitorização e melhoria de processos, composto por técnicos da Divisão da Participação.

- O envolvimento da equipa de trabalho integrou ainda: a gestão dos dados dos cidadãos inscritos, a divulgação da iniciativa nos canais de comunicação, o acompanhamento logístico dos processos, a compilação de dados resultantes do processo participativo, pareceres e revisão de processos e documentos.

O processo de desenvolvimento do CC, juntamente com a DP da CML, teve a participação de vários parceiros, conforme mencionado de seguida.

**Conselho
de Cidadãos**
Juntos construímos Lisboa



Parceiros Externos

Fórum dos Cidadãos

Funções/Atividades

O Fórum dos Cidadãos é uma associação que tem como missão contribuir para revigorar a democracia portuguesa.

O seu foco é a melhoria do sistema político em Portugal, particularmente através da promoção e implementação de processos que dêem a ouvir as vozes, informadas e refletidas, dos cidadãos sobre grandes temas políticos. Desde 2016 o Fórum dos Cidadãos tem vindo a desenvolver múltiplos processos participativos usando a metodologia das assembleias (ou "júris") de cidadãos.

Adicionalmente, este mesmo trabalho tem também vindo a ser desenvolvido desde 2020, em contexto escolar, através da aplicação da metodologia das assembleias de cidadãos em 11 escolas, num projeto apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

No CCL, foi responsável por garantir a imparcialidade dos procedimentos, através de um modelo acreditado de estratificação representativa e seleção dos cidadãos, com a realização de um sorteio aleatório dos inscritos.

O Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) é uma instituição de investigação de renome internacional com interesse interdisciplinar em Antropologia Social e Cultural, Economia, História, Geografia Humana, Ciência Política, Psicologia Social e Sociologia, organizada em 7 Grupos de Investigação.

Classificado como Instituição de Excelência desde 1996 por painéis internacionais, o Instituto tornou-se Laboratório Associado da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) em 2002, confirmando tal estatuto em avaliações internacionais subsequentes.

O ICS coordena as principais infraestruturas para recolha, análise e disseminação de dados e promove diversas estratégias de divulgação e envolvimento de públicos diversos.

Desde 2018, o ICS é membro da European Alliance for Social Sciences and Humanities (EASSH).

Responsável pela monitorização e avaliação do CCL juntamente com a CML. Relatório final de avaliação.

Facilitadores com elevada experiência no desenho e facilitação de processos participativos com cidadãos, comunidades e organizações.

A sua facilitação baseia-se na transformação, cooperação, mudança, diálogo, tomada de decisões e gestão de conflitos.

Um afastamento de uma lógica exclusivamente hierárquica e linear de controlo, rigidez e confronto em direção a uma abordagem sistémica, colaborativa, participativa e ascendente de confiança e respeito, procurando ativar a inteligência coletiva e a regeneração do planeta.

No CCL, os Facilitadores organizaram, moderaram e apoiaram as sessões.

Oradores Especialistas

Notas Biográficas

1. Júlia Seixas

Professora nas áreas de Deteção Remota em Ambiente e Energia e Alterações Climáticas. Coordena a linha Energia & Clima do Centro de Investigação CENSE, dedicada à I&D para a neutralidade carbónica: modelação integrada de sistemas energéticos, novas tecnologias de energia, novos instrumentos de política, cidades sustentáveis, vulnerabilidade climática e adaptação dos sistemas energéticos. Membro da comissão científica do Programa de Doutoramento conjunto UL-UNL em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável.

2. Catarina Freitas

Eng^a. do ambiente e Diretora Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia, da Câmara Municipal de Lisboa.

3. Pedro Barata

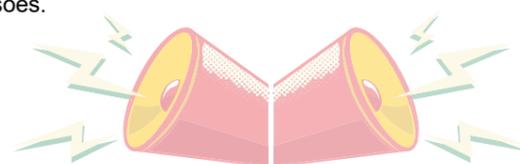
CEO da GET2C coordena a área de clima, consultoria estratégica, política, energia e carbono. Tem mais de 20 anos de experiência em política climática e mercados de carbono, tendo exercido as funções de consultor regular do Banco Mundial, das Nações Unidas e Comissão Europeia na área da mitigação das alterações climáticas, sendo *team leader* em variados projetos de consultoria em geografias como Marrocos, Tunísia, Vietname, Costa Rica, Angola e Colômbia.

4. Roberta Medina

Vice-Presidente do Rock in Rio, o maior evento mundial de música, com várias práticas sustentáveis. O Rock in Rio é pioneiro na preocupação com o meio ambiente, trabalhando desde 2006 os temas ambientais de forma estratégica, sendo um evento neutro em carbono há 15 anos. O projeto POR UM MUNDO MELHOR, surgido em 2001, veio reforçar o sentido de responsabilidade na gestão dos impactos, com metas alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Instituto de Ciências Sociais

Human Fleet



1.5 Propostas Resultantes

As sessões incidiram no tema das alterações climáticas, com uma pergunta de partida: “**O que temos de fazer para Lisboa enfrentar as alterações climáticas?**”.

Seguidamente, 4 conselheiros apresentaram a temática. A equipa de facilitadores dinamizou as sessões com 7 grupos de participantes que trabalharam em torno do tema, tendo resultado propostas em 7 áreas: **Habituação, Consumo e Mudança Comportamental, Relação CML com Municípios, Transportes e Mobilidade, Espaço Público, Educação Ambiental, Eficiência Energética (propostas em anexo)**, com o compromisso de o executivo proceder à sua análise, verificação de viabilidade com os serviços da CML e implementação, reunindo posteriormente com os embaixadores de cada grupo.

1.6 Encontro com os Embaixadores Pós Conselho de Cidadãos

Foi realizado um primeiro encontro nos Paços do Concelho, com os embaixadores no dia 27 de junho de 2022, das 18h às 19h, que ocorreu na Sala dos Vereadores e contou com a presença de 13 dos 14 embaixadores. Estiveram ainda presentes, para além da Vereadora Laurinda Alves, o Gabinete do Presidente da CML (GPCML), o Departamento de Relação com o Município e Participação (DRMP), técnicos da Divisão da Participação (DP) e elementos do Instituto de Ciências Sociais (ICS).

Foram efetuados breves pontos de situação pela Vereadora e pelo Diretor do DRMP, dando nota de que todo o processo e propostas deste Piloto estão em análise pelo executivo, antes de passarem aos respetivos serviços, bem como a ser ultimada a sua avaliação.

Foi ainda proposto aos embaixadores intervirem durante 10 minutos, referindo o que considerassem pertinente naquele momento, tendo cada grupo de embaixadores apresentado as suas considerações, mais relevantes, nomeadamente:

- Necessidade de articular com os projetos implementados ou em curso na CML, para uma gestão mais eficaz de recursos;

- A eventual necessidade de trazer especialistas de outras áreas e a hipótese de realização de *team building* com outras entidades;
- Dar a conhecer uma calendarização/plano de ação;
- Análise da exequibilidade das propostas.

Foi acordada a garantia de envolvimento contínuo com os embaixadores, através dos técnicos da Divisão da Participação.

1.7 Divulgação

A divulgação foi efetuada com recurso a vários suportes com o objetivo de abranger o público-alvo do projeto.

Kit divulgação - composto por Cartaz A3, Cartaz A4 e folheto informativo com formulário de inscrição.

Divulgação com Cartazes no exterior - Quiosques, Muppies, Outdoors em vários pontos da cidade, Juntas de Freguesia (contacto prévio do Gabinete da Vereadora Laurinda Alves e visitas de técnicos da DP com entrega de kit de divulgação).

Ações de sensibilização – Divisão da Participação (DP) e Fórum dos Cidadãos (FC):

- Escolas Secundárias - Camões, Gil Vicente e Lumiar
 - Universidade Sénior dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa
- Site CML| Portal Lisboa Participa| Redes sociais – Facebook, LinkedIn, Instagram e Twitter (cartaz divulgação).



Lançado o repto, os 7 grupos de participantes, tendo como pergunta geradora “O que temos de fazer para Lisboa enfrentar as alterações climáticas?”, desenvolveram o tema das Alterações Climáticas, incidindo nas áreas: Habitação, Consumo e Mudança Comportamental, Relação CML com Municípios, Transportes e Mobilidade, Espaço Público, Educação Ambiental e Eficiência Energética. Apresenta-se de seguida uma síntese das propostas resultantes do debate.

1. HABITAÇÃO

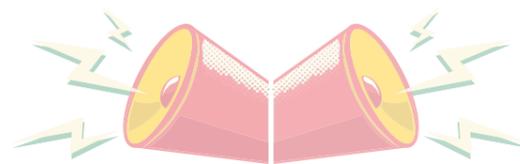
- a) Promover condições para trazer as pessoas para a cidade;
- b) Proporcionar habitação com custos mais acessíveis;
- c) Recuperar o parque habitacional abandonado em Lisboa e o devoluto da CML até 2025 promovendo:
 - Habitação acessível intergeracional (jovens e idosos);
 - O conceito para uma Lisboa mais sustentável, criando as respetivas infraestruturas para núcleos da cidade 15 minutos.
- d) Melhoria energética das habitações (1ª. fase – património da CML) criando equipas multidisciplinares (CML+ Parceiros), com os seguintes objetivos:
 - Realizar um diagnóstico;
 - Propor melhorias exequíveis;
 - Tornar acessível o apoio/financiamento para melhorar as habitações, através da criação de uma plataforma de financiamento partilhado (CML + Município).

2. CONSUMO E MUDANÇA COMPORTAMENTAL

- a) Responsabilizar a CML com atividades que incentivem a mudança comportamental das pessoas em relação ao consumo:
 - Promover um plano de informação e formação sobre o consumo, nomeadamente, parceria e incentivos entre a câmara e as universidades para desenvolver investigação em soluções ambientais e de reciclagem;
 - Capacitar as pessoas, responsabilizar as empresas e a autarquia para a literacia ambiental;
 - Divulgar conteúdos junto dos media para publicitação e partilha de informação;
 - Dinamizar atividades físicas para sensibilizar e captar parceiros.
- b) Investir em economia circular.

3. RELAÇÃO CML COM MUNICÍPIOS

- a) Fortalecer a relação da CML com as juntas de freguesia, incentivado a “construção” de equipa “*team building*” de modo a facilitar o seu funcionamento;
- b) Melhorar a comunicação e coordenação entre CML, juntas de freguesia e municípios;
- c) Criar provedoria municipal – na figura do provedor - de forma a criar um canal complementar de comunicação entre a CML e o município.



4. TRANSPORTES E MOBILIDADE

a) Melhorar e aumentar a rede de transportes públicos:

- Ampliar horários e circuitos, nomeadamente ao fim de semana (carris, metro, elétrico);
- Reforçar as carreiras de bairro;
- Alargar carreiras nos fluxos externos à cidade;
- Abranger transportes mais inclusivos;
- Proporcionar transportes públicos amigos do ambiente;
- Assegurar a gratuidade dos transportes públicos.

b) Melhorar as condições dos peões:

- Aumentar o número de passeios e espaços de circulação pedonal;
- Coordenar melhor a vivência entre ciclovia/passeios, estrada;
- Incentivar o respeito entre os utilizadores.

c) Transformar os hábitos de mobilidade, por exemplo:

- Acabar com as viaturas privadas em Lisboa;
- Estimular as pessoas a andar a pé.

d) Cumprir com metas faseadas até 2050:

- Até 2025: piloto de super quarteirões, coordenação de horários de ‘interfaces’, mobilidades sustentáveis, assegurar horários de cargas e descargas. Priorizar a circulação pedonal, a renovação de passeios e a implementação da legislação para trotinetas e bicicletas;
- Até 2034: silos e parques nos bairros periféricos;
- Até 2041: rede radial de transporte ferroviário ligeiro;
- Até 2048: reduzir significativamente a circulação e entrada de veículos automóveis privados na cidade e na área metropolitana;
- Até 2050: dia do peão, lançamento de um sistema de mobilidade sustentável integrado.

5. ESPAÇO PÚBLICO

a) Resgatar o espaço público – (garantir um jardim em cada esquina);

b) Diminuir o impacto do calor na cidade;

c) Reduzir as ilhas de calor aumentando os espaços de sombra;

d) Capacitar e sensibilizar as pessoas para a utilização do espaço público;

e) Adequar o arvoredo aos diferentes espaços da cidade;

f) Ativar chafarizes, as fontes, criar lagos, aumentando os recursos hídricos da cidade (mais água);

g) Melhorar a segurança do peão e zonas de atravessamento através da indicação e sinalética pública;

h) Promover a estadia das pessoas no espaço público com a introdução de mobiliário urbano.

6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

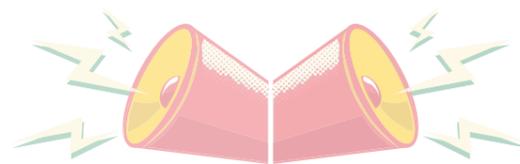
a) Promover, mobilizar e sensibilizar a atitude e o comportamento de todos para um consumo responsável, incentivando:

- A reciclagem e a reutilização;
- A mensagem em todas as faixas etárias e sociais;
- Os cidadãos a ter plantas e flores na sua varanda e janela.

b) Impulsionar a cooperação de “stakeholders”: organizações municipais, municipais, comunidade empresarial e comunidade escolar na promoção da literacia ambiental;

c) Priorizar a estruturação da educação ambiental nas escolas em todos os níveis de ensino;

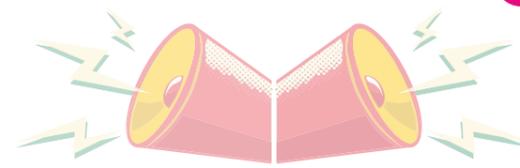
d) “Gamificar” a aprendizagem sobre a educação ambiental através de apps.



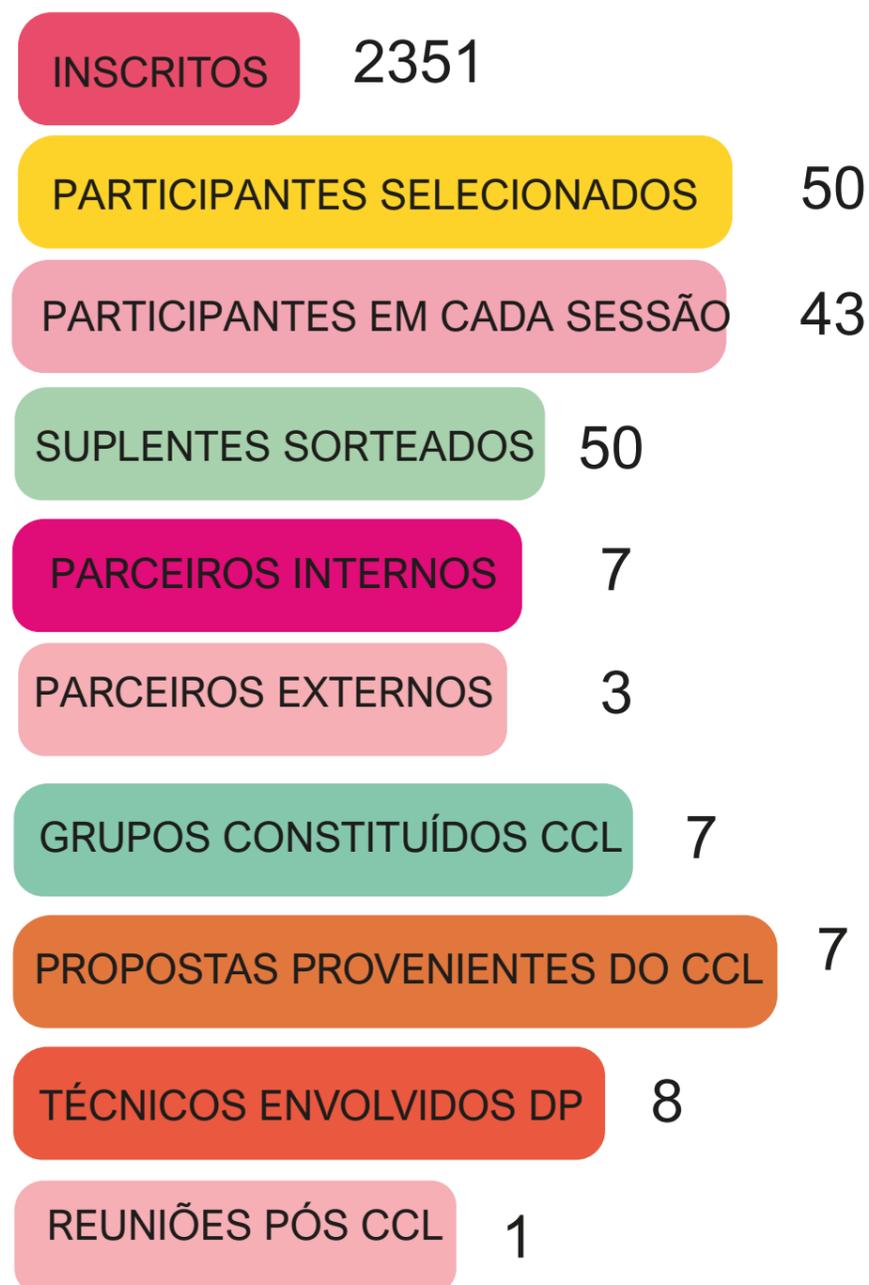
7. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- a)** Criar eventos e workshops nos diversos bairros e bairros sociais, em conjunto com as juntas de freguesia e associações, para capacitar as pessoas a implementarem medidas de eficiência energética e redução de emissões de CO²;
- b)** Implementar na cidade programas de voluntariado e responsabilidade social, pela pegada de carbono produzida pelas empresas (ex. deslocações de trabalhadores, produção e uso de recursos, bens e serviços):
- Assegurar que as empresas compensem a emissão de carbono com soluções nas habitações/habitações sociais ou outras, designadamente: Calafetar janelas, tratar situações de humidades;
 - Garantir que estas medidas atinjam a redução de emissões de CO² em 15% entre 2027 (visão a médio prazo) e 2047 (numa visão a longo prazo).
- c)** Implementar nos novos edifícios de habitação social:
- Sistemas centrais de AQS complementados com painéis solares térmicos e fotovoltaicos;
 - Calafetar todas as janelas e portas;
 - Instalar redutores nas torneiras e chuveiros nos edifícios municipais e habitação social.
- d)** Garantir nos espaços públicos:
- Iluminação pública inteligente;
 - Iluminação autossustentável (ex. armaduras autónomas de led) nos jardins;
 - Redução da utilização de ar condicionado e iluminação artificial nos eventos.
- e)** Promover um programa de “Literacia de Consumo” através do marketing digital:
- Responsabilizar a Câmara Municipal de Lisboa na criação de um programa de formação, visando a sua utilização pelas juntas de freguesia, as quais poderão ajustá-lo à sua realidade local;
 - Potenciar a reflexão e o debate intergeracional, aproveitando o “Dia da Freguesia” para promoção do tema;

- Introduzir o tema nos episódios de uma telenovela, resultante da negociação entre a Câmara Municipal de Lisboa e as televisões. Utilizar os media e a rádio em programas como “A Sociedade Civil”;
 - Promover a responsabilidade social junto dos clubes desportivos da capital, sensibilizando-os para a difusão do tema.
- f)** Envolver a academia nas ações e monitorização de todas as atividades, credibilizando o processo com indicadores mensuráveis, destacando-se por exemplo:
- Estatísticas - importações;
 - Cálculo da redução dos resíduos;
 - Cálculo da redução das emissões de carbono;
 - Indicadores de escoamento de produtos portugueses.

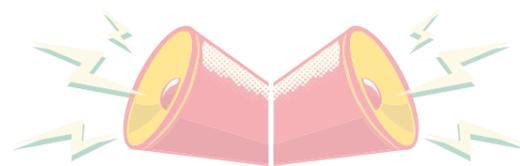


3. Conselho de Cidadãos em Números



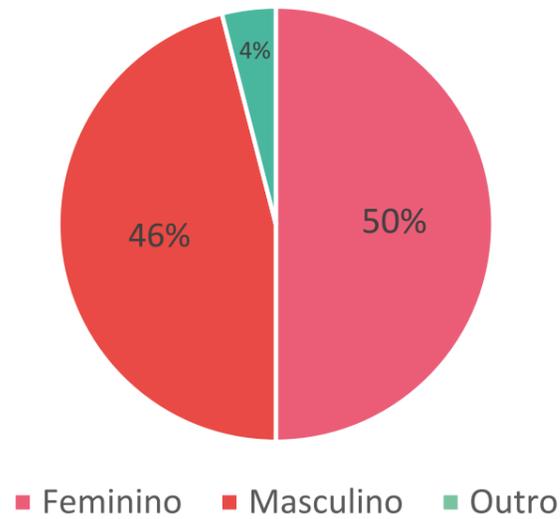
4. Referências Bibliográficas

- Agência para a Modernização Administrativa. (2022). Portal MaisTransparência. Disponível em: <https://transparencia.gov.pt/pt/>
- Câmara Municipal de Lisboa. (2021). Boletim Municipal. Despacho n.º 166/P/2021. Dele-gação e subdelegação de competências. ANO XXVIII N. 1446. 4 de novembro 2021. Dis-ponível em: https://www.lisboa.pt/fileadmin/download_center/normativas/despachos_deliberacoes/Despacho_n_166_P_2021.pdf
- Câmara Municipal de Lisboa. (2022). Grandes Opções do Plano 2022/2026 da Cidade de Lisboa. Disponível em: https://www.lisboa.pt/fileadmin/download_center/orcamento/2022/gop/GOP_2022_2026.pdf
- Collins Dictionary. (2022). Collins Online English Dictionary. Disponível em <https://www.collinsdictionary.com/>
- Delgado, Cecília. (2013). Cidadãos, técnicos e políticos: do que falamos, quando falamos de participação pública? Fórum Sociológico, Serie II, número 23, p.69-76. Disponível em <https://journals.openedition.org/sociologico/834>
- Fundação Calouste Gulbenkian (Coord.). (2020). Estudo sobre A Participação Política da Juventude em Portugal [Online]. Disponível em: <https://gulbenkian.pt/forum-futuro/participacao-politica-dos-jovens-em-portugal/>
- Gerwin, Marcin. (2018). Citizens Assemblies: Guide to democracy that works. Disponível em https://citizensassemblies.org/wp-content/uploads/2018/10/Citizens-Assemblies_EN_web.pdf
- Institute for Democracy and Electoral Assistance. (2021). The Global Sate of Democracy [online]. Disponível em: https://www.idea.int/gsod/sites/default/files/2021-11/the-global-s-tate-of-democracy-2021_0.pdf
- Pinto, António Costa, & Magalhães, Pedro, & Sousa, Luís de, & Gorbunova, Ekaterina. (2012). A Qualidade da Democracia em Portugal: a perspetiva dos cidadãos. Barómetro da Qualidade da Democracia [Online]. Instituto de Ciências Sociais: Laboratório Associa-do. Disponível em https://oqd.ics.ulisboa.pt/webwp/wp-content/uploads/2017/01/bqd-re-latorio-qualidade_da_democracia.pdf



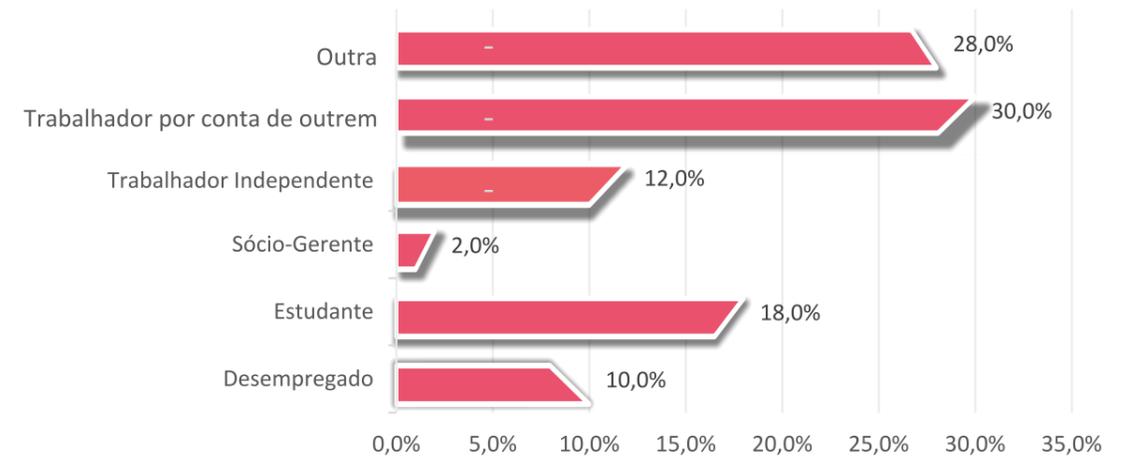
Caracterização dos 50 participantes selecionados no 1º Conselho de Cidadãos de Lisboa

Género

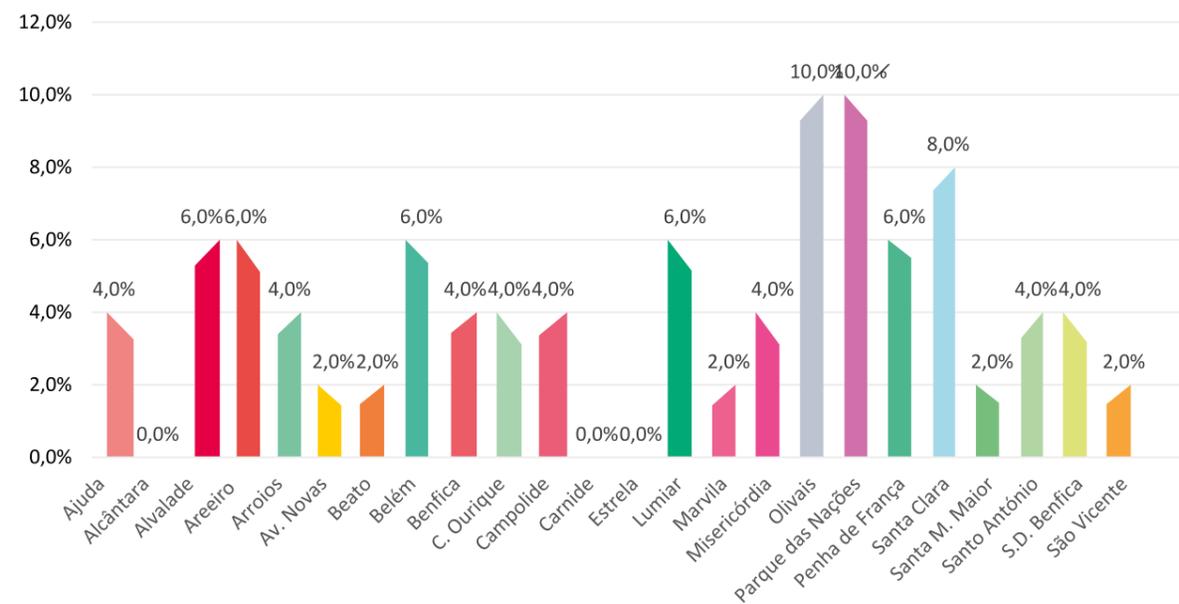


Caracterização dos 50 participantes selecionados no 1º Conselho de Cidadãos de Lisboa

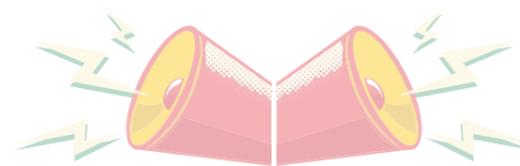
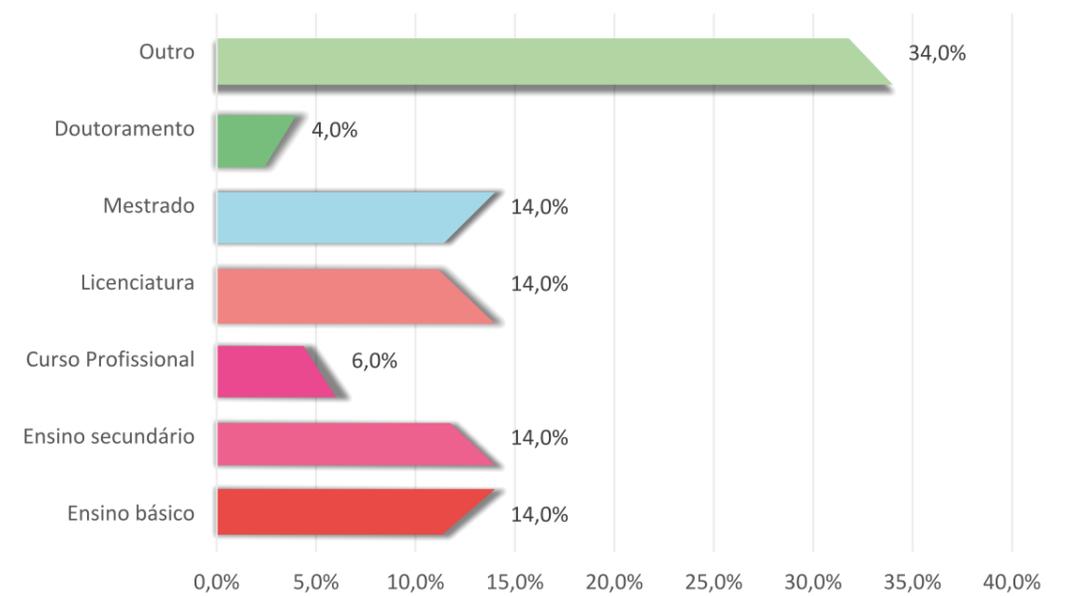
Profissão



Freguesias

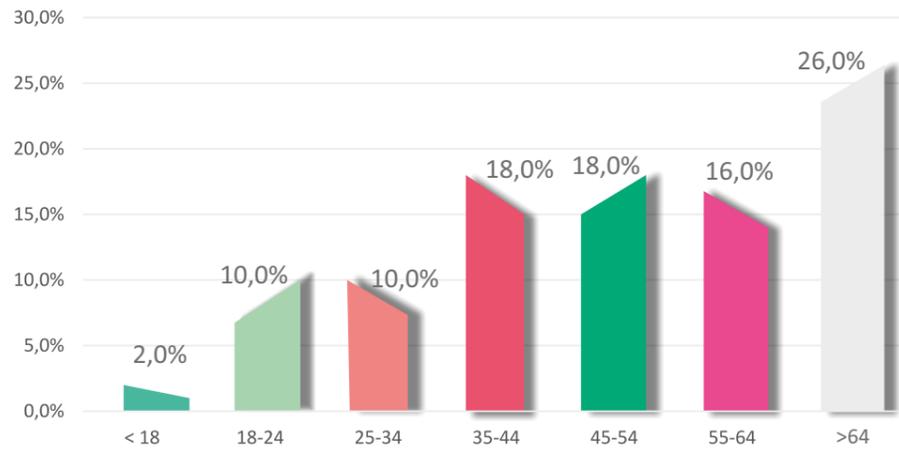


Habilitações literárias

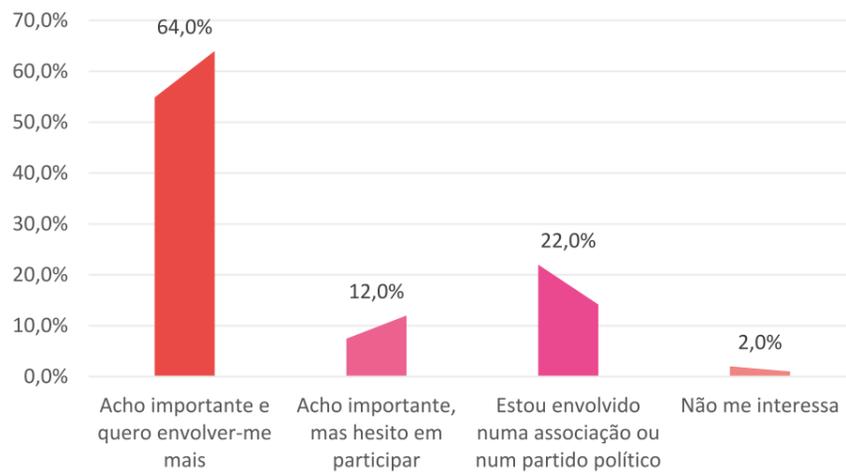


Caracterização
dos 50 participantes selecionados
no 1º Conselho de Cidadãos de Lisboa

Idade



Resposta política



Câmara Municipal de Lisboa
Secretaria-Geral
Departamento de Relação com o Município e Participação

Consentimento e Informação sobre Proteção de Dados Pessoais

O Município de Lisboa pretende recolher a imagem dos cidadãos que participam nos debates e construção de propostas para a cidade de Lisboa da 1ª edição do Conselho de Cidadãos, promovida pelo Departamento de Relação com o Município e Participação – Divisão da Participação, que se realiza nos dias 14 e 15 de maio de 2022, no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Essa recolha é efetuada através de captação de imagens em grupo e/ou imagens individualizadas, vídeos, com gravação de som e imagem, vídeos, com captação apenas da imagem e áudio, ficando todos estes dispositivos organizados com a informação, a data e o nome do evento, com vista à realização das finalidades descritas na parte final da presente declaração.

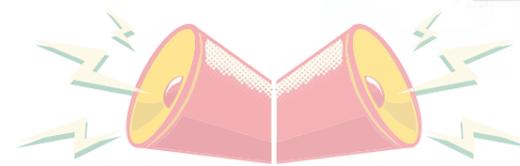
O Município de Lisboa é o responsável pelo tratamento dos dados e os dados são acedidos, com vista ao cumprimento das referidas finalidades, apenas por pessoas devidamente autorizadas.

Os dados recolhidos são sujeitos ao prazo de conservação correspondente ao período temporal que resta do mandato autárquico, ou seja, de maio de 2022 até 2025, findo o qual são apagados ou até ser retirado o presente consentimento. A declaração de consentimento é conservada enquanto perdurar a necessidade de comprovar que este foi concedido.

Se o titular não fornecer os referidos dados pessoais, não poderá participar nos dias de debate da 1ª edição do Conselho de Cidadãos.

Os dados recolhidos não serão usados para decisões automatizadas, nomeadamente não serão tratados para a definição de perfis, nem são transferidos para um país fora da União Europeia ou para uma organização internacional.

Direitos dos titulares dos dados pessoais	Modo de exercício dos direitos
<ul style="list-style-type: none"> Direito de informação; Direito de acesso; Direito de retificação dos dados inexatos; Direito ao apagamento; Direito à limitação do tratamento; Direito de portabilidade dos dados; Direito de oposição ao tratamento; Direito de retirar o consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado. 	Dirigindo-se ao Município de Lisboa, através do Departamento de Relação com o Município e Participação, sito no Campo Grande, 25, Bloco A, 1.º piso, 1749-099 Lisboa, contactável pelo telefone 218 171 153/ 217 988 285 ou pelo e-mail: sq.drmp@cm-lisboa.pt
<ul style="list-style-type: none"> Direito de contactar o Encarregado de Proteção de Dados sobre questões relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais e com o exercício dos direitos que lhe são conferidos pela legislação aplicável. 	Dirigindo-se ao Encarregado de Proteção de Dados (através do e-mail: dpo@cm-lisboa.pt ou por carta para Campo Grande, 25, Bloco E, 2.º piso, 1749-099 Lisboa)
<ul style="list-style-type: none"> Direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo. <p>(Deve entender-se esta "reclamação" no sentido do artigo 77.º do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados.)</p>	Dirigindo-se à Comissão Nacional de Proteção de Dados, usando a forma e os contactos descritos em www.cnpd.pt





Câmara Municipal de Lisboa
Secretaria-Geral

Departamento de Relação com o Município e Participação

<ul style="list-style-type: none"> • Direito a ação judicial, quer contra uma autoridade de controlo quer contra um responsável pelo tratamento ou subcontratante, e • Direito a indemnização pelos danos sofridos na decorrência da violação da legislação relativa a proteção de dados pessoais. 	Dirigindo-se aos tribunais competentes
--	--

Declaro que, de forma livre e informada, consinto que os meus dados pessoais sejam tratados para as finalidades que abaixo assinalo, sabendo que posso retirar os consentimentos, individualmente ou em conjunto, em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado:

	Sim	* Não
1. Divulgação da imagem e informação acerca do evento, como data e local, nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube), com o fim de noticiar/divulgar o evento em que participou e divulgação de futuras iniciativas de democracia participativa ("BD da Participação"; "Revista Lisboa").	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Divulgação da imagem e informação acerca do evento, como data e local, no site institucional, com o fim de noticiar o evento em que participou e divulgação de futuras iniciativas de democracia participativa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Transmissão em direto na rede social Youtube.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

* A ausência de resposta implica a recusa de consentimento.

Nome do titular
[Preferencialmente,
só primeiro e último]

Assinatura ^(*)

Data

/ / 22

^(*) Se assinado por representante legal, adicionar, em baixo, nome do representante legal.

Resumo da avaliação ICS-UL

O processo de avaliação do CCL foi efetuado pelo ICS para analisar as etapas de planeamento, da deliberação e dos resultados através de métodos quantitativos e qualitativos, conforme critérios definidos para o efeito. Os dados recolhidos, analisados e apresentados constituem um instrumento essencial na identificação e destaque de conclusões ao nível da capacitação e expectativas dos participantes nos processos desenvolvidos. Apresenta-se, em síntese, as informações investigadas, destacando o processo em 3 momentos:

1. Antes da Sessão CCL

Testemunhos caracterizadores das distintas motivações que conduziram à inscrição e participação dos participantes:

"Por achar ser um dever ajudar e participar numa iniciativa em que todos temos voz."

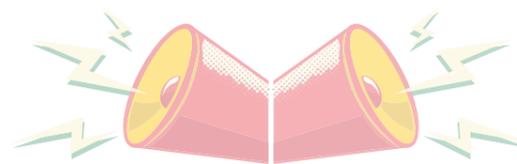
"Gosto de dar a minha opinião nos assuntos que influenciam diretamente a minha vida. Espero que cheguemos a conclusões específicas."

"Encontrar soluções práticas que contribuam para a mitigação e adaptação dos efeitos climáticos."

A organização e o desenho do processo, assim como o compromisso político, foram realçados pelos participantes:

"Positivo: a forma do sorteio; a segurança de não ter sido escolhida por nenhum motivo a não ser os critérios do sorteio." Participante

"Aspectos mais positivos são a inclusão, a aceitação/percepção da parte dos decisores Políticos, e eleitos, de que os cidadãos com as suas especificidades, são uma mais-valia para a realização de debates e destes fazer nascer ideias que se poderão concretizar em mudanças reais e melhorias na vida individual e colectiva." Participante



2. Durante o processo de deliberação CCL

Esta etapa foi constituída por dois processos integrados. Primeiro, capacitação dos participantes através de apresentações efetuadas pelos oradores especialistas (vide 1.4).

Um participante referiu que são *“ótimas apresentações, mas não dão o lado prático”*.

O segundo, constituiu um “processo conversacional, “ganhar as ideias dos outros”, “gerar possibilidades” com os participantes (organizados em 7 grupos¹), sob responsabilidade da Human Fleet, a fim de obter propostas, sobre a temática associada ao tema central do CCL (Alterações Climáticas), tendo sido alcançado:

- Conexões interpessoais;
- Dinâmicas em grupo;
- Tomadas de decisão sustentadas.

Das estratégias selecionadas, identificou-se como melhoria futura o ajustamento de algumas metodologias utilizadas, considerando o constrangimento proporcionado pelo roleplay desenhado. Neste, os participantes ficaram divididos em dois grupos (“seres do presente” e “seres do futuro”) para dialogarem sobre as alterações climáticas, proporcionando 3 saídas desta dinâmica.

Ao se considerar as fases de planeamento, levantamento de propostas e tomadas de decisão quanto à compilação de propostas a apresentar no final da deliberação, verificou-se que o grau de satisfação foi bastante elevado (3,9/5).

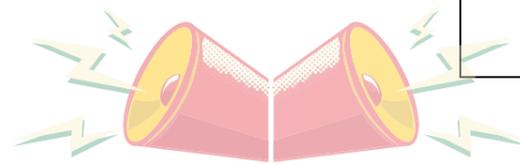
Não obstante esta avaliação e embora tivessem sido validadas todas as propostas apresentadas pelos participantes como meio de ir ao encontro das expectativas dos mesmos, o processo de decisão foi considerado o menos positivo pelos participantes.

¹Foram formados 7 grupos temáticos aos quais os participantes foram convidados a integrar: (i) Educação Ambiental; (ii) Consumo e Mudança Comportamental; (iii) Eficiência Energética; (iv) Habitação; (v) Espaços Públicos; (vi) Relação com o Município e (vii) Transportes e Mobilidade

3. Após sessão CCL

O encerramento da sessão permitiu aferir a opinião dos participantes quanto à realização das sessões, o seu papel no CCL e expectativas, relevando-se as seguintes conclusões e comentários:

Dimensão	Conclusão e comentários:
O papel do participante	Cerca de 45% reportou que as suas opiniões pouco ou nada mudaram durante o CCL.
	65% considerou que as suas opiniões foram muito ou totalmente ouvidas, valorizadas e respeitadas pelos restantes participantes.
	79% concordou muito ou totalmente com as propostas finais que foram apresentadas.
	Os níveis de mudança de opinião dos participantes desde o momento do início das sessões até à tomada de decisão no final das mesmas foi baixo (2,6/5), considerando os processos de capacitação.
Tempo CCL	Cerca de 40% dos participantes considerou um fim-de-semana razoavelmente adequado para a co-construção de propostas.
	<i>“Foi difícil por vezes encontrar um ponto em comum para construir soluções. Talvez com maior tempo para discussão correria melhor.”</i>
Estratégia	43% dos participantes consideraram as dinâmicas razoavelmente eficazes, enquanto 38% as consideraram muito eficazes.
	A informação facultada pela CML durante a sessão foi considerada razoavelmente, muito ou totalmente útil por 91% dos 38 respondentes.
	<i>“Falta de comunicação sobre o programa (foi divulgado à comunicação social mas não aos participantes).”</i>
	Relativamente, à clareza da informação facultada, 87% dos 36 respondentes considerou-a razoavelmente, muito ou totalmente clara.
	<i>“Tivemos muito tempo de interação e pouco tempo a trabalhar nas propostas.” Embaixador</i>
Espaço das sessões	Alguns participantes referiram que a receção no Salão Nobre poderia ter sido sucedida por outro espaço/edifício municipal, menos formal, mais arejado e com áreas verdes que facilitassem a condução das dinâmicas.
Avaliação do processo	A maioria dos participantes demonstrou esperança e, em alguns casos, fé nas boas intenções e na capacidade de o executivo levar a cabo o seguimento e implementação das propostas. Contudo, a maior parte dos participantes não soube indicar como e quando isso seria feito.
	Outros participantes salientaram a necessidade de se avaliar a exequibilidade e articulação das propostas com outras já em curso.
	<i>“As propostas exequíveis devem ser acompanhadas e haver feedback por forma a que este modelo de participação pública mantenha a credibilidade e aumente o interesse e o incentivo na participação dos cidadãos, que assim se reveem nos projetos.”</i>
	<i>“Faria sentido termos feedback calendarizado e pormenorizado. Proposta a proposta, saber o que é possível, quando e porquê.” Embaixador</i>
Satisfação do CCL	56% dos participantes disseram-se muito satisfeitos com a forma como a sessão decorreu e cerca de 32% afirmaram estar razoavelmente satisfeitos.
	<i>“Gostei imenso e gostaria de participar mais vezes.” Participante</i>
	<i>“A existência do Conselho é o aspecto mais positivo.”</i>
	<i>“Conhecer gente nova: adorei! Adorei ouvir os outros e contribuir.”</i>



Para ilustrar as opiniões dos participantes, incluímos o registo dos dados recolhidos e analisados pelo ICS – UL, em forma de gráfico, tornando a leitura mais legível e apelativa.

Gráfico 1: Mudança de opinião dos participantes durante o CCL

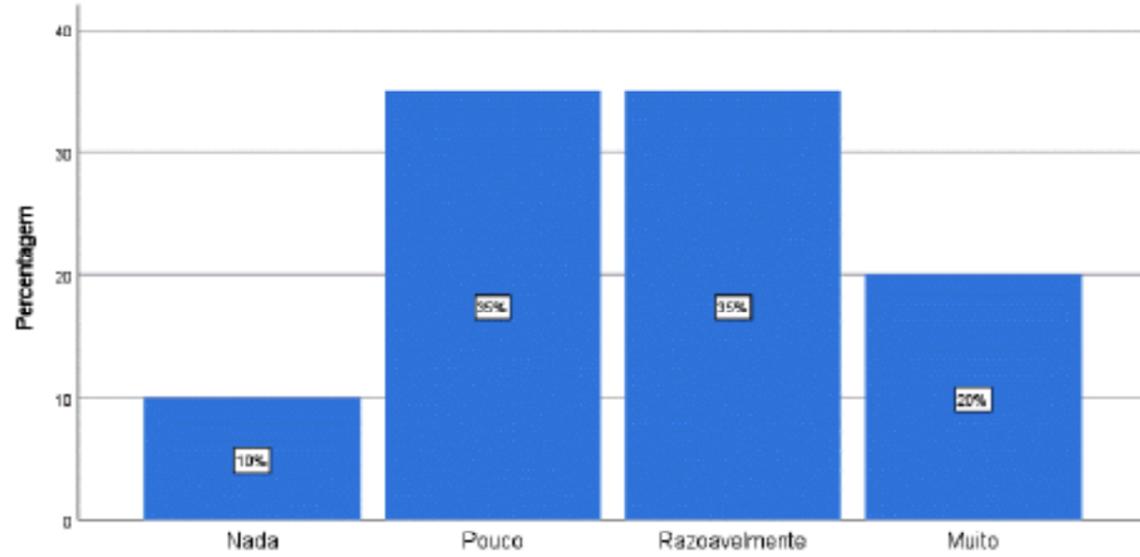


Gráfico 2: Concordância dos participantes com as propostas

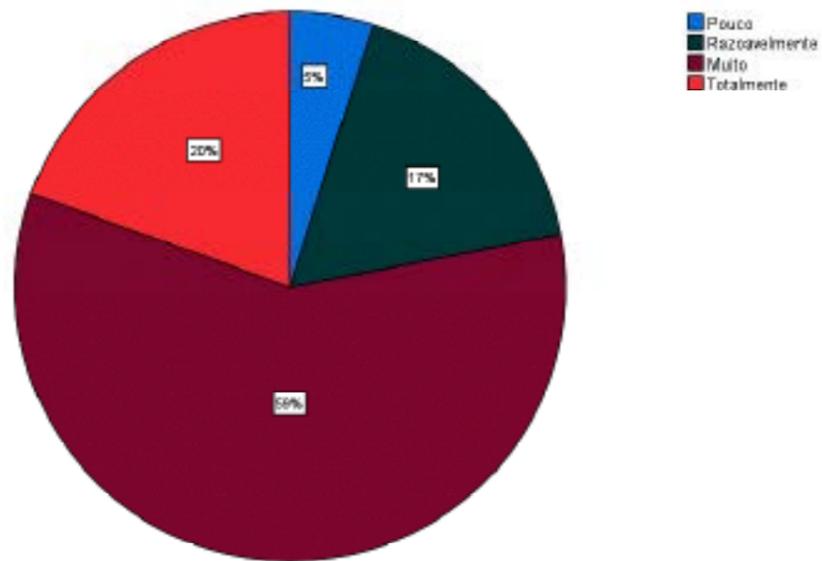


Gráfico 3: Adequação da duração: grau de satisfação

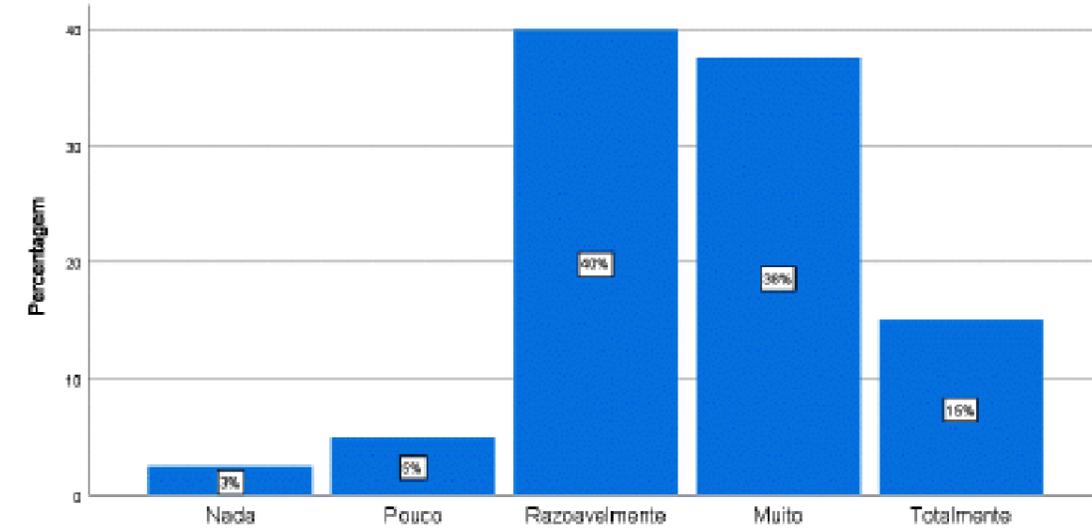


Gráfico 4: Eficácia das dinâmicas aplicadas: grau de satisfação

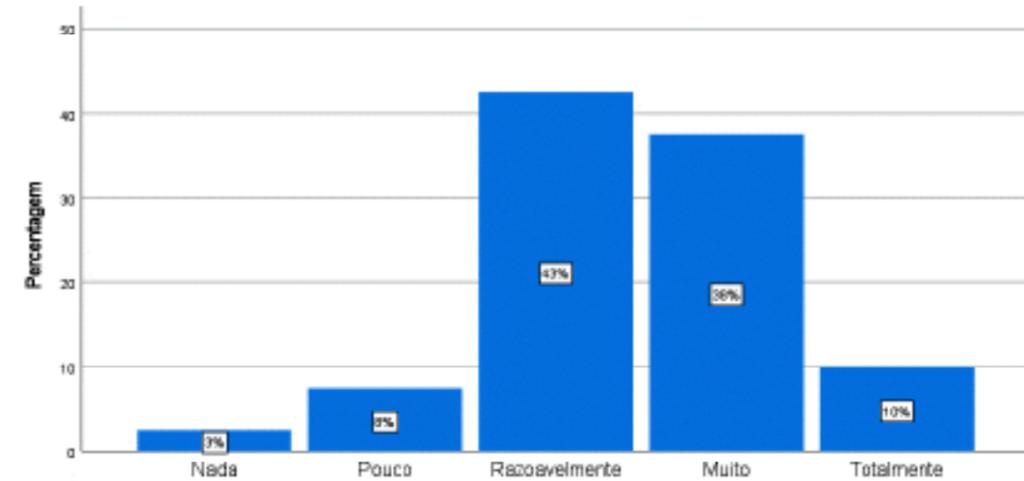


Gráfico 5: Utilidade da informação facultada: grau de satisfação

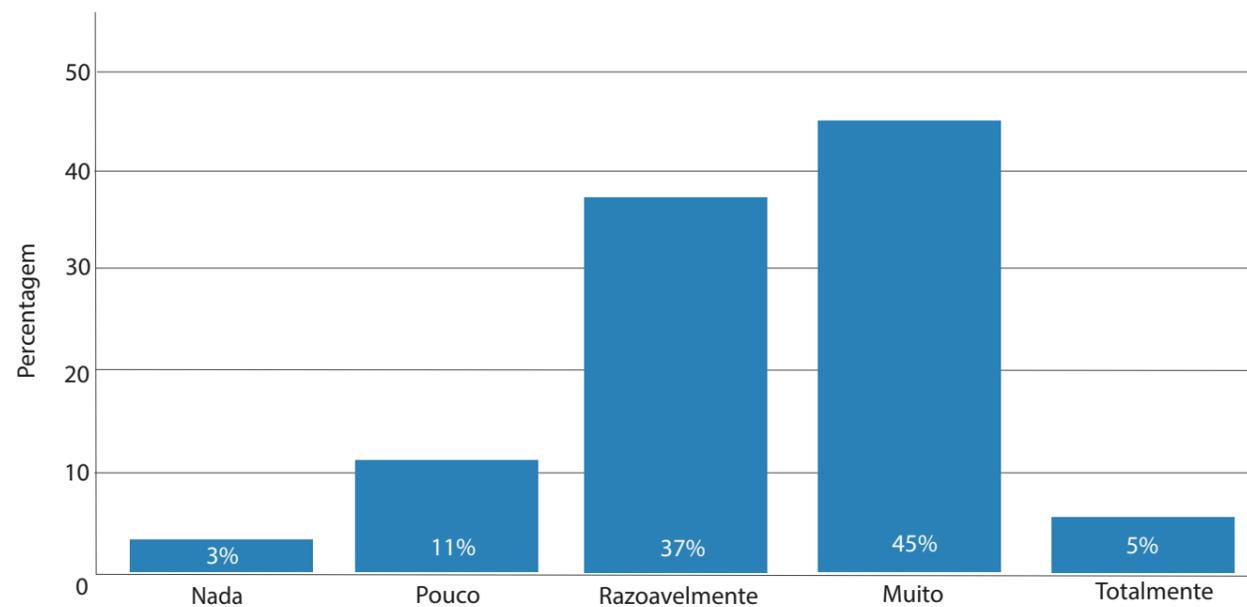


Gráfico 7: Suficiência da informação facultada: grau de satisfação

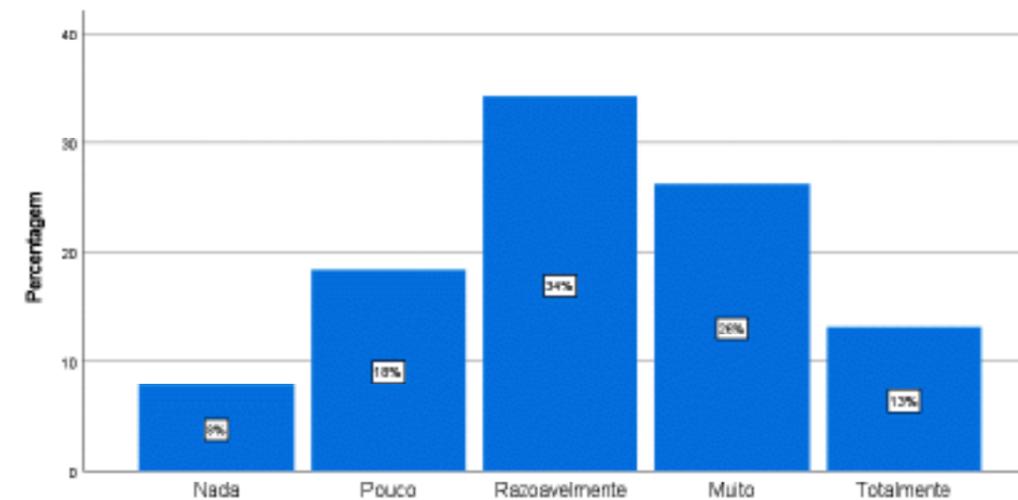


Gráfico 6: Clareza da informação facultada: grau de satisfação

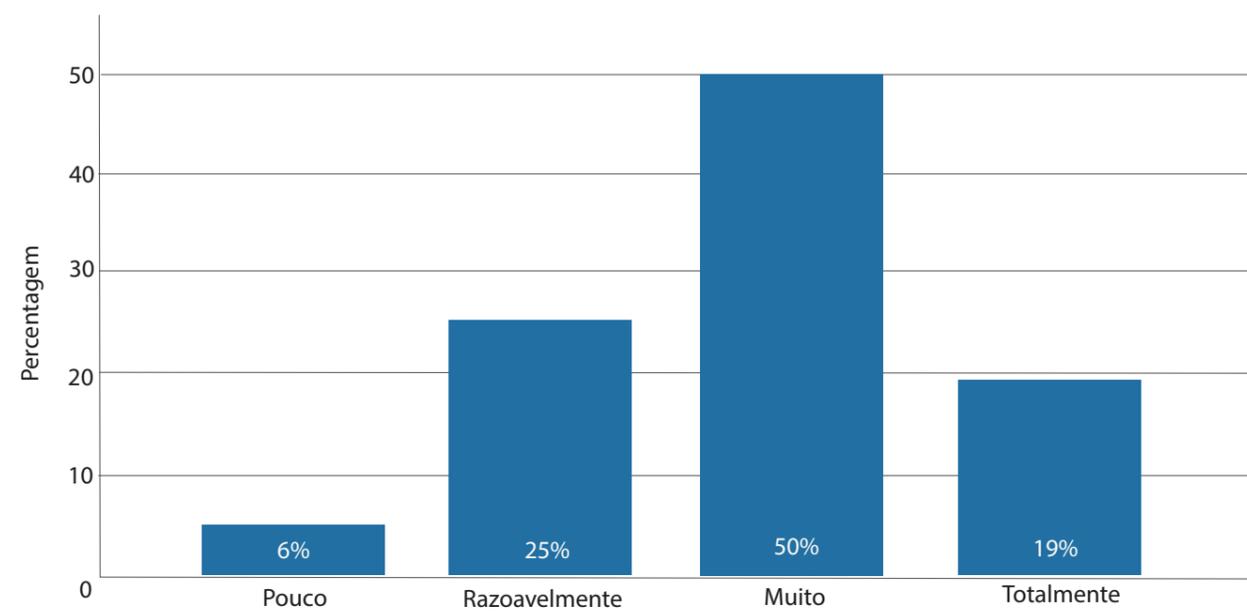
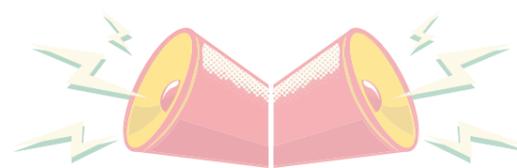
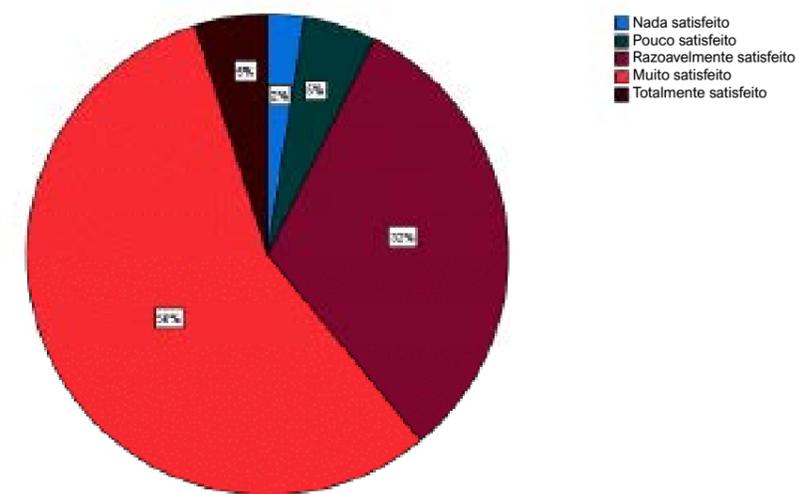


Gráfico 8: Grau de satisfação da sessão



Conselho de Cidadãos

Juntos construímos Lisboa

